

editorial  
editorial  
entrevista  
interview  
ágora  
agora  
tapete  
carpet  
projeto  
project

expediente  
credits  
próxima v!rus  
next v!rus

**V!23**  
REVISTA V!RUS  
V!RUS JOURNAL

issn 2175-974x  
dezembro . december 2021



ÁGORA  
AGORA

## TECENDO MEMÓRIAS NO FIO DA LUTA: DECOLONIALIDADE NA HISTÓRIA DA CIDADE

WEAVING MEMORIES ALONG THE THREAD OF THE STRUGGLE: DECOLONIALITY IN THE HISTORY OF THE CITY

GIOVANA CRUZ, POLIANA MONTEIRO, FERNANDA OLIVEIRA

PT | EN

**Giovana Cruz Alves** é arquiteta e urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e pesquisadora do grupo Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU) no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Estuda história da arquitetura e da cidade, cultura, memória e subjetividade na arquitetura e na cidade, e decolonialidade. [giovanacruzalves@gmail.com](mailto:giovanacruzalves@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/4138061671074882>

**Poliana Gonçalves Monteiro** é arquiteta e urbanista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional e pesquisadora no Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do grupo Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU) no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Estuda Habitação de Interesse Social, Movimentos Sociais, Assentamentos Precários, Política Habitacional, Produção do Espaço e Direitos Humanos a partir da perspectiva feminista, com foco nas lutas protagonizadas por mulheres. [poli.dmambembe@gmail.com](mailto:poli.dmambembe@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/0480556387169790>

**Fernanda Gomes de Oliveira** é graduada em Turismo, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e pesquisadora do grupo Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU), no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Desenvolve pesquisa sobre a relação turismo e cidade, conflitos urbanos e turismo, e políticas públicas e turismo. [oliveiragfernanda@gmail.com](mailto:oliveiragfernanda@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/2815217161191494>

Como citar esse texto: CRUZ, G.; MONTEIRO, P. G.; OLIVEIRA, F. G. de. Tecendo memórias no fio da luta: decolonialidade na história da cidade. **VIRUS** n. 23, 2021. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=10&lang=pt>>. Acesso em: dd/mm/aaaa.

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2021

### Resumo

A colonialidade do saber urbano atravessa o campo dos estudos históricos da arquitetura e da cidade no Sul Global e contribui para a invisibilização da história e

da memória de grupos subalternizados. Com base nessa premissa, o trabalho traz uma perspectiva decolonial circunscrita nos debates teóricos acerca do Sul Global que busca questionar as teorias e metodologias hegemônicas, vinculando a crítica à experiência concreta das sociedades marcadas pelo colonialismo. Nosso objetivo é colaborar na construção de uma historiografia da arquitetura e da cidade que contemple as memórias de grupos sociais em situação de subalternidade. Sugerimos que a observação do cotidiano e das lutas urbanas possa contribuir para a democratização da história e da memória coletiva. Nesse sentido, abordamos as ocupações de moradia popular da região portuária do Rio de Janeiro e as lutas urbanas pelo direito à moradia e ao trabalho, evidenciando as sujeitas e os sujeitos que vivem na cidade e a constroem. Utilizando o relato oral como método, trazemos a narrativa e o cotidiano da mulher periférica trabalhadora para o centro da história. Como resultados principais, avançamos na reflexão em torno das categorias colonial e decolonial, eurocentrado e subalterno dos debates teóricos situados no Sul Global, evidenciando, essencialmente, a fala da mulher trabalhadora na disputa das narrativas.

**Palavras-chave:** História da arquitetura e da cidade, Decolonialidade, Memória, Cotidiano, Lutas urbanas

## **1 Introdução: a história e a memória da arquitetura e da cidade<sup>1</sup>**

Até o último quarto do século XX, quando o modelo de racionalidade ocidental começou a ser questionado no campo das ciências sociais, predominava no mundo moderno a ideia de que a história tivesse sentido e direção únicos. Associado a essa ideia estava o entendimento de que os países centrais do sistema mundial estivessem à frente nessa linha unidirecional do tempo, rumo ao progresso e ao desenvolvimento (SANTOS, 2002). Essa lógica influenciou os estudos históricos de maneira global, inclusive aqueles relacionados à história da arquitetura e da cidade. No caso dos países colonizados, como o Brasil, podemos dizer que essa influência foi corroborada pela perspectiva colonizadora. Essa foi responsável por criar a imagem do outro como um ser inferior e primitivo e por constituir a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza (CRUZ, 2017), que atravessa os mais diversos campos do conhecimento, incluindo o da arquitetura e do urbanismo.

As últimas décadas, no entanto, têm sido marcadas, no campo das ciências sociais dos países do Sul Global, por um aprofundamento crítico diante de teorias hegemônicas e por um crescente esforço de revisão epistemológica a partir do qual é possível observar uma maior tendência de deslocamento dessas perspectivas. Compreendemos, neste trabalho, o Sul Global como um conceito relacional e em disputa. Forjado no contexto dos estudos pós-coloniais e transnacionais, ele pode referir-se tanto ao terceiro mundo como ao conjunto de países em desenvolvimento, demonstrando a posicionalidade territorial das ideias e teorias do Sul em contraposição às do Norte Global dominante. Concordamos com Vainer (2019) na medida em que não estamos tratando apenas de uma delimitação geográfica, mas, sobretudo, de uma relação de dominação-subordinação em termos econômicos, políticos, sociais, culturais e epistêmicos. Ainda que não use exatamente o termo Sul Global, Quijano (2000) nos ajuda a compreender esse debate. Ao tratar dessas relações de poder e caracterizá-las, ele coloca que a América Latina — em oposição ao eurocentrismo e ao caráter colonial — constitui-se por meio de dois eixos fundamentais: a ideia de raça e a situação de inferioridade; e o controle do trabalho, dos seus recursos e produtos em torno do capital e do mercado mundial.

A teoria crítica desenvolvida no Sul Global tem buscado, dessa forma, vincular a crítica à experiência concreta das regiões cuja formação da sociedade carrega marcas da experiência do colonialismo e da situação periférica no capitalismo global. Por conseguinte, ela tem abordado a colonialidade como característica ainda presente nos mecanismos de exploração e dominação, desenvolvendo e aprofundando, assim, uma perspectiva decolonial (LAO-MONTES, VÁSQUEZ, 2018). Paralelamente, no Brasil, o campo dos estudos históricos da arquitetura e da cidade tem apresentado expressivo crescimento, uma vez que hoje eles já são amplamente compreendidos como um importante aporte para as práticas propositivas inerentes ao ofício dos arquitetos e urbanistas.

No limiar de ambos os processos, parece-nos pertinente, portanto, pensarmos uma epistemologia decolonial para os estudos históricos da arquitetura e da cidade. Em vista disso, mobilizamos uma reflexão a respeito das teorias e metodologias que têm orientado nossas investigações históricas até aqui, assim como nossas construções narrativas e, consequentemente, nossas práticas. Visamos também, estimular novas

interpretações dos processos de produção material e simbólica da arquitetura e da cidade que retirem das zonas de sombra as sujeitas e os sujeitos que, a despeito de serem posicionados em situação de subalternidade, atuam nesses processos. Por meio de suas dinâmicas cotidianas, essas/esses sujeitas/os trazem à tona, desse modo, novos aspectos do processo histórico e social e favorecem, portanto, a disputa pela memória coletiva<sup>2</sup> da sociedade urbana.

A dinâmica da fragmentação territorial, do acesso interditado e da expansão de assentamentos — que Mbembe (2018) denomina “ocupação colonial” — encontra ecos na produção do espaço urbano contemporâneo. O despertencimento e a interdição da memória coletiva são uma ferramenta de controle territorial e foram historicamente utilizados como forma de consagrar processos de espoliação. A “ocupação colonial” sempre foi em si uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico que conformava uma base material para um conjunto de relações sociais e espaciais específicas. A produção do espaço, nesse sentido, é “[...] matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2018, p. 39).

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é desafiar teorias e práticas dominantes, uma vez que essas, devido à perspectiva colonial, seguem produzindo narrativas que invisibilizam aquelas e aqueles que vêm lutando, historicamente, por seus espaços de moradia e trabalho e atuando efetivamente, portanto, na construção da cidade. Aqui, buscamos refletir sobre vias de investigação que possam contribuir para uma historiografia da arquitetura e da cidade que supere a violência epistêmica (SPIVAK, 2010) inerente à produção do conhecimento eurocentrada e baseada em modelos. A urgência dessa reflexão, que envolve questões de método, vai ao encontro da crítica sobre a construção do outro e da supersimplificação de identidades (SÁNCHEZ, 2001) e da necessidade de contemplar, nos estudos históricos, os saberes, as tradições e as memórias de sujeitas/os e grupos sociais subalternizados. Assim sendo, buscamos também identificar outra ética nas práticas cotidianas que, movidas pelo cuidado e compartilhamento da vida, constroem e reconstróem continuamente a cidade. São práticas que revelam um forte protagonismo feminino e que, retirando a narrativa da precariedade, buscam a construção epistêmica decolonial da re-existência (LOPES e SILVA, 2018).

Dessa forma, o artigo é dividido em duas seções, além desta breve introdução. A partir de reflexões que consideram a colonialidade do saber urbano (VAINER, 2019) como elemento central de abordagem das cidades do Sul Global, apresentamos, na primeira seção, uma reflexão sobre as possibilidades de rompimento com os sistemas de ideias que associam a produção do espaço aos projetos de poder. Assim, buscamos tatear uma abordagem decolonial para as investigações históricas que chame à superfície as memórias ocultas<sup>3</sup> das práticas cotidianas e das lutas urbanas. Entendemos que, a partir delas, seja possível pensar a construção de uma história da arquitetura e da cidade que seja produto e produtora de uma memória coletiva mais plural e democrática.

Em seguida, na segunda seção, aproximamo-nos das lutas urbanas cotidianas materializadas nas ocupações de moradia da região portuária do Rio de Janeiro. Buscamos evidenciar a relação entre moradia e trabalho, sugerindo que tais experiências apontam um caminho possível para o processo de construção de uma memória coletiva e popular sobre a cidade. Nessa seção, apresentamos a reflexão de Maria dos Camelôs, liderança do Movimento Unido dos Camelôs do Rio de Janeiro, que aciona o fio da memória das lutas urbanas. A reflexão de Maria foi colhida por meio de relato oral na II Roda de Conversa com Mulheres Atingidas pelas Remoções — Mulheres em Luta pelo Direito à Moradia! A atividade foi organizada no âmbito das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território de Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) pelas pesquisadoras Poliana Monteiro e Mariana Medeiros<sup>4</sup>. Ocorrida em novembro de 2017 na ocupação Mariana Crioula, na zona portuária da cidade, contou com a participação de cerca de 40 mulheres de diversas comunidades e regiões da cidade e de movimentos sociais de luta pela moradia. Por fim, nas considerações finais, buscamos vislumbrar o nexo entre teoria e prática no campo dos estudos históricos e do exercício profissional da arquitetura e do urbanismo, considerando que “[...] a prática da crítica não pode substituir a crítica das práticas.” (VAINER, 2019, p. 4, tradução nossa)<sup>5</sup>.

## **2 O cotidiano, as lutas urbanas e a disputa pela memória coletiva**

A colonialidade, de acordo com Vainer (2019), é uma relação hierárquica de dominação que nasce com a colonização no alvorecer da modernidade e é mantida, produzida e reproduzida mesmo após o fim do processo de colonização. A colonialidade é um elemento fundamental da modernidade e do sistema capitalista. Nesse sentido, o capitalismo, o racismo e o patriarcado são estruturantes inseparáveis das relações coloniais, que só poderão ser superados historicamente de maneira conjunta e integrada. A colonialidade, imposta materialmente com a conquista e a colonização de territórios — nas Américas e, posteriormente, na

Ásia e África —, é também a conquista e a colonização do imaginário e, consequentemente, da história e da memória coletiva. Desse modo, o processo de colonização do conhecimento opera por meio de um duplo movimento: de um lado, com a destruição de conhecimentos, conceitos, valores e visões de mundo das/dos sujeitas/sujeitos colonizadas/os, e, do outro lado, com a construção sistemática e violenta da história e da memória pela perspectiva do agente colonizador (VAINER, 2019).

Tendo isso em vista, entendemos que as teorias urbanas críticas produzidas no Norte Global não problematizam a dimensão colonial nas suas interpretações, nas suas abordagens e nos seus métodos, reverberando modelos normativos de cidade embebidos de valores higienistas, eurocêtricos e geralmente insensíveis às questões de raça e sexo (CASSIÁN-YDE, 2019). Nesse sentido, é importante considerar as limitações das teorias urbanas construídas à luz das experiências de cidades localizadas nos Estados Unidos e na Europa (ROY apud CASSIÁN-YDE, 2019), que posicionam experiências de planejamento urbano, como o caso de Barcelona ou de Londres, como paradigmáticos modelos que deveriam ser adotados.

A despeito das tendências dominantes de planejamento e das ações de mercantilização e homogeneização que têm sido empreendidas sobre os territórios, entendemos que é possível pensar a produção do espaço a partir de uma perspectiva decolonial. Em outras palavras, entendemos ser possível fazer uma leitura da cidade e da arquitetura enquanto espaços heterogêneos, vividos e produzidos coletivamente por um conjunto plural de atores sociais e a partir de uma complexa rede de saberes que refletem diferentes epistemes. Por esse ângulo, tal leitura implica a compreensão de que os espaços urbanos, uma vez planejados pelos processos globais, admitem a introdução de distintos indivíduos e grupos, os quais estabelecem suas próprias maneiras de viver por meio de suas dinâmicas de utilização e modificação dos territórios, dos edifícios e das paisagens. Assim, manifestam multiplicidades, tensões e conflitos próprios da prática que Lefebvre (2011) define como apropriação. Segundo o autor, a cidade não se limita à sua morfologia, sendo essa o suporte para os modos de viver que caracterizam a multiplicidade das dimensões sociais da dinâmica urbana. Essa abordagem contribui para nossa compreensão da cidade e da arquitetura enquanto espaços produzidos continuamente, não só pelos agentes dominantes, mas por todo o corpo social. É esse coletivo social que, habitando os espaços, manifesta não somente a diversidade dos modos de vida como também as disputas pelos espaços da cidade.

Nesse sentido, a fim de desconstruir as narrativas e normas hegemônicas e, assim, exercitar uma leitura decolonial dos processos históricos de transformação das cidades, cabe-nos uma revisão e um tensionamento dos conceitos e das práticas comumente utilizadas nos estudos históricos da arquitetura e da cidade. Ora, uma investigação que possa vislumbrar a construção de discursos históricos mais democráticos e plurais envolve, necessariamente, a problematização e o desvio das teorias e metodologias que tendem a gerar representações da cidade e da arquitetura enquanto produtos de ações exclusivas dos agentes hegemônicos. Envolve, finalmente, a superação dos processos que contribuem para a construção de uma memória coletiva seletiva e unilateral.

Entendemos que a colonialidade do saber urbano opera significativamente nos apagamentos, nos silenciamentos, nas omissões e na produção dessa seletividade e unilateralidade. Nesse contexto, a produção, a gestão e a preservação da cidade e da arquitetura ditas formais servem majoritariamente às classes dominantes para a perpetuação de suas memórias. Mazivieiro (2018) elabora essa questão ao afirmar que a arquitetura e a cidade são elementos simbólicos que representam a sociedade manifestando os processos que a constituem, sejam esses de inclusão ou de exclusão. A autora salienta que a memória é sempre seletiva e, consequentemente, é um fenômeno construído. Nesse sentido, o espaço edificado a partir de um imaginário urbano constituído pela colonialidade do saber produz memórias que encontram eco em seletos grupos sociais, o que ratifica as assimetrias e reforça as hierarquias sociais. A memória acionada pela materialidade do espaço urbano e arquitetônico se torna, assim, instrumento de dominação, afetando, ainda, a constituição de identidades.

Aliados dos processos hegemônicos de preservação da cidade e situados, portanto, à margem dessa memória coletiva constituída pela materialidade urbana, os grupos subalternizados têm como única alternativa a possibilidade das transmissões orais, que se dão “[...] no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política” (POLLAK, 1989, p. 8). Opostas e conflitantes em relação à memória coletiva organizada pelas classes dominantes, as memórias desses indivíduos permanecem frequentemente invisíveis e inaudíveis, sendo preservadas somente em “[...] estruturas de comunicação informais que passam despercebidas pela sociedade englobante” (Idem). O reconhecimento do caráter potencialmente problemático da memória coletiva, segundo Pollak (1989, p. 4), anuncia uma nova abordagem que questiona os processos e os atores que trabalham na constituição das memórias. Nesse sentido, tal abordagem possibilita uma nova perspectiva que privilegie “[...] a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias [...]” e desestabilize, assim, “[...] o caráter destruidor, uniformizador e opressor [...]” de uma memória selecionada pelas classes dominantes.

Buscando meios para subverter esse processo, faz-se necessário disputar, democratizar e popularizar a história e a memória coletiva. Por isso, é preciso criar métodos a partir dos quais seja possível retirar as memórias ocultas das zonas de sombra e construir outras histórias da cidade e da arquitetura. Histórias que incluam e dignifiquem as práticas e os modos de vida daqueles indivíduos e grupos que, diante das históricas assimetrias dos processos de colonização, modernização, mercantilização e homogeneização dos territórios, disputam seus espaços na cidade e lutam por seus direitos à moradia e ao trabalho. Tendo isso em vista, buscamos desvelar, neste trabalho, a memória tecida no cotidiano da população subalternizada e, principalmente, das mulheres em luta. Exercendo “contracondutas” do fazer cotidiano, elas estabelecem práticas que “[...] são subversivas justamente por serem procedimentos cotidianos populares e silenciosos (ou mesmo minúsculos) — pelo menos na frequência da escuta das práticas institucionalizadas” (LOPES, SILVA, 2018, p. 3).

A observação da cotidianidade que envolve os distintos modos de vida nas cidades e, particularmente, as práticas populares das comunidades subalternizadas apresenta-se, então, como uma possibilidade metodológica para novas abordagens nos estudos históricos. Segundo Heller (2016, p. 38), a vida cotidiana está “[...] no centro do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”, sendo composta tanto pela vida privada quanto pelo trabalho, pelos lazeres, pelo descanso e pelas atividades sociais. A partir da leitura que a autora faz do cotidiano, poderíamos compreendê-lo como a esfera da vida na qual acionamos uma certa automatização para que a simples continuação da cotidianidade seja garantida. Para a autora, na vida cotidiana, o homem manifesta diversas capacidades ativas e receptivas, porém sem conferir profundidade e amplitude a nenhuma delas. No entanto, ela também reconhece que no interior das estruturas de ordenação regular da cotidianidade, existe algum campo de liberdade, no qual o homem pode manifestar as suas particularidades e configurar suas próprias atitudes.

Partindo de um sentido mais positivo sobre o cotidiano, Certeau (1998) faz uma leitura que salienta e enaltece justamente os campos de liberdade e as possibilidades de desvios nele presentes. O autor compreende o cotidiano como a esfera da vida na qual os indivíduos estabelecem suas operações criativas próprias e autônomas a partir da apropriação dos produtos oferecidos pelas ordens dominantes. Nesse contexto, em face de processos racionalizados, centralizados e espetaculares, e de ações estratégicas de dominação, as chamadas “práticas cotidianas” destacam-se por serem táticas, astutas, desviacionistas e por manifestarem distintas “maneiras de fazer” que revelam necessidades e desejos outros diante das possibilidades oferecidas em cada circunstância. “Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas [...]” (CERTEAU, 1998, p. 103 e 104). Trata-se de ações diversas e heterogêneas, empreendidas por indivíduos marginais que operam dia após dia nas frestas e bordas do sistema instituído.

Essa elaboração a respeito do cotidiano nos permite inferir que, diante dos processos hegemônicos de planejamento que envolvem a produção do espaço enquanto projeto de poder e dominação, inúmeros outros procedimentos e movimentos são forjados pelas classes populares. Essas, por não terem seus direitos garantidos nos processos normativos de produção espacial, tecem suas próprias tramas de saberes, estabelecem suas próprias organizações da vida cotidiana, criam seus próprios modos de viver, habitar e trabalhar. E assim, produzem os seus territórios, construindo, no limite, a cidade como um todo. Desse modo, modificam cotidianamente os espaços por meio de práticas imaginativas, anti-hegemônicas e transgressivas que desafiam e desestabilizam o planejamento elitista e expõem, assim, as lacunas das narrativas dominantes.

Entendemos que esses processos, reflexo das lutas pelo direito à vida urbana, à moradia e ao trabalho, precisam ser constitutivos da história da cidade para que a memória coletiva urbana se torne mais plural e democrática. Para isso, as investigações históricas precisam incluir o cotidiano dos sujeitos que compõem as classes populares e as suas vozes. Sendo assim, vamos nos aproximar, a seguir, desses sujeitos que lutam pelo direito à moradia e ao trabalho na região portuária do Rio de Janeiro.

### **3 Da supersimplificação de identidades à memória coletiva popular**

As estratégias utilizadas no contexto da renovação urbano-cultural Porto Maravilha evidenciam que as demandas que o capital impõe às cidades já não dizem respeito somente à produção do espaço, mas também à informação e à comunicação. A supersimplificação das identidades urbanas que esse tipo de intervenção opera determina seleções, exclusões e omissões que dissimulam a vida cotidiana como constituinte do processo de produção do espaço e excluem a classe trabalhadora enquanto agente nesse processo (SÁNCHEZ, 2001). Nesse sentido, nosso objetivo aqui é contribuir para puxar um fio de memória sobre as lutas urbanas, materializadas nas ocupações populares que buscavam a efetivação do direito à moradia atrelado ao direito ao

trabalho no contexto dos megaeventos esportivos<sup>6</sup> e, especificamente, da intervenção na região portuária do Rio de Janeiro.

A implementação do projeto Porto Maravilha, uma Operação Urbana Consorciada que prometia revitalizar a Região Portuária do Rio de Janeiro, impactou profundamente a dinâmica da moradia popular no centro da cidade. Além disso, ao assumir em seu escopo a espetacularização do espaço público, desencadeou disputas nos campos da cultura, das identidades e, finalmente, da memória. As intervenções urbanas promovidas pelo projeto justificaram a remoção de cinco importantes ocupações de moradia popular, consolidadas e organizadas por movimentos sociais em edificações há muito tempo abandonadas e deterioradas e em evidente descumprimento da função social da propriedade. Além disso, a crescente repressão na região também implicou a remoção sistemática de diversas ocupações menores espalhadas pela Rua do Livramento. Nesse processo, as remoções forçadas promovidas durante o período de revitalização afetaram aproximadamente 860 famílias (COMITÊ POPULAR, 2014). Vale ressaltar que alguns dos imóveis desocupados, que foram objetos de ações de reintegração de posse e remoção acelerada e violenta das famílias residentes, continuam vazios.

As ocupações urbanas removidas no período são: I) Ocupação Casarão Azul, II) Ocupação Chiquinha Gonzaga, III) Ocupação Flor do Asfalto, IV) Ocupação Machado de Assis, V) Ocupação Quilombo das Guerreiras e VI) Ocupação Zumbi dos Palmares. Para além de tais remoções, a implantação do projeto de revitalização intensificou a repressão aos trabalhadores informais da região. Apesar das evidentes violências materiais e simbólicas direcionadas à classe trabalhadora, a ênfase do discurso hegemônico foi na diversidade cultural, que simulava uma despolitizadora nova harmonia dos vínculos sociais (SÁNCHEZ, 2001). A Ocupação Chiquinha Gonzaga, uma das primeiras consolidadas na região central, conseguiu permanecer, embora siga sendo ameaçada de remoção. Sua permanência, entretanto, é reflexo da falência do projeto de revitalização, que perdeu seu ímpeto e, por diversos motivos, não conseguiu se expandir territorialmente até a região da Central do Brasil, segundo o plano original.

O apagamento dessa memória coletiva popular intensifica o processo de “[...] encolhimento progressivo daquilo que é negociável [...]” (POLLAK, 1989, p. 6), neste caso, a manutenção da vivência e das identidades das trabalhadoras e dos trabalhadores que efetivamente habitam esse lugar de afeto e de memória. Para puxar esse fio de memória ativa e afetiva, cientes da conexão entre moradia e trabalho, trazemos a narrativa da Maria dos Camelôs (Figura 1), militante do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) e antiga moradora da ocupação Chiquinha Gonzaga:

Ouvindo aqui a fala de todo mundo, acho que a gente vem pra luta quando aperta na vida da gente. E vim pra luta dos camelôs, e aí depois eu vou pra ocupação, porque aí eu descubro que eu tenho o direito de trabalhar, eu tenho o direito de morar. E eu como eu não tinha moradia, eu morava de aluguel. Eu fui fazer parte da ocupação porque não teve jeito de morar, então a minha vida pra luta dos camelôs foi porque eu fiquei grávida. Eu tenho um filho de 14 anos. Na verdade eu tenho 4 filhos: eu tenho uma menina de 26, um menino com 22, um menino com 14 e uma bebê agora com 1 ano e 4 meses. [...] Mas assim, com os meus 3 filhos eu fui pai e mãe sozinha, criei os meus filhos sozinha. Pra mim criar meus filhos eu tive que vir trabalhar na rua, porque eu trabalhava em casa de família, o dinheiro que eu ganhava não dava pra eu comer, pagar aluguel e pagar alguém pra tomar conta dos meus filhos. Então eu optei vir trabalhar na rua. E essa organização dos camelôs, ela só surgiu porque eu com 15 dias que eu tinha sido operada e ter tido o meu filho — que é o Cauê, que tem 14 anos — a Guarda Municipal me espancou na cidade, bateu, quebrou meu nariz, me machucou muito. E aí eu fiquei muito revoltada. Isso me deu uma gana de luta muito grande. Eu vou pro hospital, fico internada, vou pra casa e vou ter meu resguardo, porque eu não tive resguardo, né. Eu fui pra casa porque estava muito machucada, e eu volto, reuni os companheiros e a gente foi buscar uma organização de vida. E aí quando a gente começa a organizar, a Prefeitura começa a perseguir muito. Isso foi em 2003, e em 2004 a gente ocupa a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Eu morava em Japeri, aí vim morar no Centro, pra mim foi melhor porque eu conseguia militar, deixar meus filhos na ocupação, que era um lugar muito bom de sobreviver. Que as pessoas da ocupação tomavam conta, um tomava conta do filho do outro, pro outro ir trabalhar. Foi muito bom viver ali.<sup>7</sup>

A reflexão sensível e objetiva de uma mulher trabalhadora sobre a importância dos direitos à moradia e ao trabalho para a re-existência que se consubstancia a partir da construção coletiva de uma ideia de justiça social aplicada à cidade, implica materialmente a compreensão do que é o direito à cidade e como se efetiva a

produção do espaço. E revela, ainda, a recusa das narrativas oficiais que constroem memórias coletivas supersimplificadas e elitistas. A narrativa de Maria é também a história da cidade e, nesse sentido, ajuda-nos a romper com as lógicas hegemônicas e vislumbrar novas práticas de pesquisa e produção de conhecimento que contribuam para a constituição de memórias coletivas mais democráticas. Nesse contexto, é importante assumir que “construir memórias gera uma ruptura nessa ordem totalizadora e recupera a desordem das lembranças intersubjetivas, pois a vida social é constituída de contradições, sentidos incompletos e formas difusas” (LOPES, SILVA, 2018, p. 9).



**Fig. 1:** Registro da II Roda de Conversa com Mulheres Atingidas pelas Remoções – Mulheres em Luta pelo Direito à Moradia!, com destaque para a intervenção da Maria dos Camelôs. Fonte: Luiza Andrade, 2017.

O desafio que se coloca para assegurar a vocalização da memória popular da classe trabalhadora e finalmente desestabilizar a violência epistêmica que silencia as vozes periféricas e subalternizadas culmina no desafio da transmissão de suas histórias, que devem ocupar os espaços públicos, materiais e simbólicos. Nesse sentido, o conceito de “enquadramento da memória”, apresentado por Pollak (1989), é útil para compreender que métodos e ferramentas da produção do conhecimento podem contribuir tanto para a manutenção das desigualdades, das omissões e dos silenciamentos quanto para o rompimento com os processos que promovem tais efeitos. Dessa forma, a busca por outros métodos e ferramentas de produção do conhecimento histórico aponta para uma constante reinterpretação sistemática e coerente do passado a partir dos desafios que se apresentam no presente.

Vale ressaltar que a perspectiva decolonial, a observação do cotidiano de lutas e a escuta das memórias e narrativas da classe trabalhadora se apresentam, neste trabalho, como possíveis bases teórico-metodológicas. A partir delas entendemos ser possível alargar não só a memória coletiva, mas as próprias estruturas lógicas que orientam a construção do conhecimento histórico sobre a arquitetura e a cidade. É no cotidiano de lutas e com uma escuta atenta que descobriremos e traremos, de fato, ao centro as epistemes, as categorias e as lógicas das próprias sujeitas e dos próprios sujeitos que, a partir das teorias críticas do Sul Global, aqui entendemos como subalternizados ou periféricos.

O presente artigo avança, portanto, na busca por abordagens históricas que contemplem os debates sobre o Sul Global no campo da arquitetura e do urbanismo e no entendimento de que a construção da memória é inerente à organização social da vida, destacando os conflitos sociais como fonte de compreensão dos processos de produção do espaço. O breve exercício de puxar um fio de memória acerca das lutas contra a remoção de ocupações urbanas da região portuária, a partir da narrativa pública de quem construiu as lutas urbanas do Rio de Janeiro no período, configura-se como um ensaio sobre possibilidades metodológicas. É também um manifesto contra os apagamentos e os silenciamentos, além de uma reafirmação do nexo entre moradia e trabalho. A colonialidade do pensamento urbano só pode ser contestada e superada por meio da

crítica de seus conceitos e suposições básicos, assim como pelo desvelamento de “histórias que a história não conta”<sup>8</sup>.

#### 4 Considerações finais

A perspectiva decolonial no campo dos estudos históricos da arquitetura, da cidade e do urbanismo só poderá ser concebida na disputa pela história e pela memória coletiva. Nesse sentido, é fundamental a crítica aos conceitos e modelos dominantes e a releitura dos processos de formação e transformação dos nossos territórios, compreendendo que estes não se dissociam do tecido social constituído pelas sujeitas e pelos sujeitos que nele vivem. Do mesmo modo, torna-se essencial o exercício de desconstrução e deslocamento críticos frente às teorias e metodologias concebidas no Norte Global. Isso porque elas imprimem nas investigações uma percepção de mundo baseada na construção de uma alteridade subalternizada, reproduzindo os mecanismos de dominação que marcaram, e ainda marcam, a construção das nossas cidades. A história dominante apresenta os processos “como um todo homogêneo” e linear em que os corpos que produziram a cidade desaparecem, ignorando as complexidades ao privilegiar a narrativa de “[...] um sujeito abstrato, universal, sem marcas de classe, sem processos de racialização, nem diferença sexual [...]” (LOPES e SILVA, 2018, p. 9).

Buscamos aqui explorar outras possibilidades nos âmbitos conceituais e práticos que propiciem tal exercício no nosso campo. Inserindo o trabalho nos debates teóricos sobre o Sul Global atrelados à experiência concreta no Sul, propusemos uma aproximação em relação ao cotidiano, às lutas urbanas dos grupos subalternizados e, principalmente, às mulheres em luta. Lançamos luz sobre as práticas que efetivamente fazem parte do processo de produção dos espaços e dos territórios e, portanto, da construção das cidades, mas que são frequentemente ocultas, invisibilizadas na constituição dos discursos históricos. Reconhecemos, desse modo, a importância da experiência vivida na construção coletiva do conhecimento crítico (LAO-MONTES, VÁSQUEZ, 2018).

O exercício da crítica teórica decolonial adverte, no entanto, que planejadoras e planejadores, arquitetas e arquitetos, assim como urbanistas progressistas, não estão autorizadas/os a falar em nome da população subalternizada e periférica. E que devem reavaliar os signos, os códigos e os valores de sua prática profissional de forma radical. O desafio teórico e metodológico que se apresenta, portanto, e que buscamos aqui desvelar, aponta para a produção de um conhecimento dialógico, popular e libertário a partir das práticas e dos saberes de quem está na linha de frente na luta contra os modelos de cidade capitalista, racista, patriarcal, neoliberal e financeirizada (VAINER, 2019). Acreditamos que isso permitiria, enfim, consolidar uma memória coletiva popular sobre a cidade e a produção do espaço.

#### Referências

CASSIÁN-YDE, N. Descolonizar las epistemologías urbanas: Saber experto y colectivos por el derecho a la ciudad, ¿quién puede decir "la verdad" sobre los problemas de la ciudad? **Journal of Latin American Geography**. Austin: University of Texas Press, v. 18, n. 3, p. 54-84, 2019.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIÁDAS DO RIO DE JANEIRO (CPCO-RJ). **Dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014.

COSENTINO, R.; MONTEIRO, P. **Rio 2016**: projeto, orçamento e (des)legados olímpicos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento decolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.). **Geografia e Giro Decolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LAO-MONTES, A.; VÁSQUEZ, J. Crítica decolonial de la filosofía y doble crítica em clave de Sur. In: MORAÑA, M. (ed.). **Sujeto, decolonización, transmodernidad**: debates filosóficos latinoamericanos. Madrid: Iberoamericana Editorial Vervuert, 2018. p. 293-343.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LOPES, M. B.; SILVA, N. A. Encontra-se: Memórias, feminismos e outras condutas. **VIRUS**, São Carlos, n. 16, 2018. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus16/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 10 Ago. 2021.

MAZIVIEIRO, M. C. Memória, práticas sociais e identidade no contexto urbano. **VIRUS**, São Carlos, n. 16, 2018. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus16/?sec=4&item=5&lang=pt>. Acesso em: 10 Ago. 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIJANO, A. Coloniality of power, ethnocentrism, and Latin America. **Nepantla**: Views from South. Duke University Press, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

SÁNCHEZ, F. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 155-176.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VAINER, C. Some Notes and Eight Propositions on the Coloniality and Decoloniality of Urban Thought and Urban Planning. **TheoriSE – Southeastern Approaches to Study the Urban**. London, 2019.

VAINER, C.; BROUDEHOUX, A. M.; SÁNCHEZ, F.; OLIVEIRA, F. **Os megaeventos e a cidade**: perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

---

**1** Este artigo é uma versão revisada e reformulada do trabalho publicado previamente nos Anais do VI ENANPARQ - Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2020.

**2** A ideia de disputa da memória coletiva parte da crítica realizada por Michael Pollak (1989) ao elaborar sobre o conceito desenvolvido por Maurice Halbwachs, em *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1968. Pollak identifica o caráter uniformizador e opressor de uma memória coletiva constituída por operações que visam ocultar conflitos e dissonâncias para manter a suposta coesão de grupos que apresentam características comuns.

**3** Aqui, dialogamos com a ideia de “memórias subterrâneas” utilizada por Pollak (1989) para tratar das memórias marginalizadas e silenciadas, que se opõem à “memória oficial”, e apontar o caráter seletivo que a memória coletiva pode manifestar.

**4** Com a colaboração de Luiza Andrade, Fernanda Souza Santos, Caroline Santana e Ana Carolina Machado.

**5** Aqui, Vainer (2019) está parafraseando Marx em *The Introduction to Contribution To The Critique Of Hegel's Philosophy Of Right*.

**6** Para aprofundar o tema ver: Vainer *et al.*, 2016 e Cosentino, Monteiro, 2017.

**7** Depoimento oral de Maria dos Camelôs na II Roda de Conversa com Mulheres Atingidas pelas Remoções – Mulheres em Luta pelo Direito à Moradia!, com a presença das autoras.

**8** Trecho do Samba-Enredo 2019 da G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (RJ), intitulado Histórias Para Ninar Gente Grande.